

Judith Butler e os estudos em comunicação: novos diálogos possíveis sobre luto e enquadramentos

Judith Butler and communication studies: new possible dialogues about mourning and framing

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

Professor colaborador do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Doutor e Mestre em

Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Bauru).

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Jornalismo, Ponta Grossa (PR), Brasil.

Resumo

O artigo propõe apresentar outras contribuições de Judith Butler aos estudos da comunicação para além das questões de gênero e identidade. A partir dos conceitos de enquadramento e de vida precárias, o texto se debruça a apresentar como as formas de representação e formação de sentido pensadas por Butler para a composição fotográfica contribuem para algumas vidas desprovidas de luto e alvo de violência simbólica e persistente. A contribuição de Butler pode enriquecer o campo da comunicação enquanto novos caminhos teórico-metodológicos aos estudos sobre representação e fotografia.

Palavras-chave: Vidas precárias. Enquadramento. Judith Butler. Comunicação.

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v24.ed53.2024.268>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 24, Nº 53, p.105-118, maio/ago. 2024

Abstract

The article proposes to present Judith Butler's other contributions to communication studies beyond gender and identity issues. From the concepts of framing and precarious life, the text focuses on presenting how the forms of representation and formation of meaning thought by Butler for the photographic composition contribute to some live without mourning and target of symbolic and persistent violence. Butler's contribution can enrich the field of communications as new theoretical-methodological ways on representation and photography.

Keywords: Precarious lifes; Framing; Judith Butler; Communication.

Resumen

El artículo se propone presentar otras contribuciones de Judith Butler a los estudios de comunicación más allá de las cuestiones de género y identidad. A partir de los conceptos de encuadre y vida precaria, el texto se centra en presentar cómo las formas de representación y formación de sentido pensadas por Butler para la composición fotográfica contribuyen a unas vidas sin duelo y blanco de violencia simbólica y persistente. La contribución de Butler puede enriquecer el campo de la comunicación con nuevos caminos teórico-metodológicos para los estudios sobre representación y fotografía.

Palabras clave: Vidas precarias. Encuadramiento. Judith Butler. Comunicación.

Introdução

A proposta deste artigo se articula na promoção de outras reflexões ao campo da comunicação enquanto diálogos interdisciplinares com autores e autoras de outras áreas do conhecimento. Como recorte, o texto se debruça sobre as reflexões sobre o luto de vidas precárias e enquadramento desenvolvidas por Judith Butler no campo da filosofia, mas que podem ser utilizadas pelos estudos da comunicação, principalmente quanto aos estudos de fotografia e de imagem. O modo como a autora compreende a formação dos enquadramentos também contempla a produção de sentido pelos elementos selecionados para compor a imagem, além de dialogar com as referências culturais que hierarquizam grupos e sujeitos enquanto práticas de poder que elencam quais vidas podem ser consideradas relevantes no espaço público e quais têm destino a morte.

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v24.ed53.2024.268>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 24, Nº 53, p.105-118, maio/ago. 2024

O nome de Judith Butler é referência constante¹ quando o assunto são as reflexões de gênero e sexualidade. Ela é estadunidense e atualmente leciona Literatura Comparada no Departamento de Retórica, na Universidade da Califórnia, em Berkley, com passagens por várias instituições de ensino e pesquisa pelo mundo. Butler já esteve no Brasil em duas ocasiões, sendo a última em 2017, com protestos em uma das suas palestras em São Paulo e no aeroporto de Guarulhos (SP), quando iria embarcar com destino ao Rio de Janeiro, ao ser acusada de ser contra a tradicional família².

Os primeiros estudos de Butler (2003) sobre sexualidade e identidade foram publicados nos Estados Unidos em 1990 e se consagraram no meio acadêmico ao estabelecer outras referências sobre gênero, ao trazer a fluidez das identidades e também ao alargar a gramática das sexualidades e das práticas feministas para além das medidas convencionais. Por uma mirada subversiva, Butler acompanhou a ideia de Michel Foucault ao apresentar que os sexos e os gêneros são organizados enquanto dispositivos de poder e hierarquização, entretanto a nova reconfiguração dos gêneros estremece os signos cristalizados e desliza sobre as estruturas de poder ao propor que as identidades não são dotadas de valores uniformes ou fundamentais.

Por esse viés, Butler foi um dos expoentes do pensamento pós-estrutural por desenvolver o pensamento *queer*. Na língua inglesa, o termo é uma ofensa a homossexuais e demais sujeitos fora do esquadro heteronormativo, entretanto foi adotado pelos Estudos Culturais como uma demonstração de reconhecimento político de corpos e subjetividades de sujeitos que se encontram à margem da visibilidade, além de ser uma crítica às disciplinas, ao controle dos corpos e à ficção das identidades. (BARKER e JANE, 2016)

Se, por um lado, Butler desbravou os estudos de gênero e das sexualidades ao fragmentar e desafiar os padrões normativos, por outro, não permaneceu retida exclusivamente a essas observações. Por esse viés, o artigo se articula na intenção de apresentar outras reflexões desenvolvidas por Butler que atravessam também as questões políticas. Aliás, como apresenta Rodrigues (2021), Butler nunca perdeu de vista o diálogo entre as questões de gênero e a política. Considerar que Butler abandonou a temática de

¹ A título de ilustração, em busca no Catálogo de Teses e Dissertações Capes, sob o comando "Judith Butler", foram identificadas 666 ocorrências em 39 áreas do conhecimento. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso: 12 jan. 2022.

² Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofa-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>. Acesso: 17 jan. 2022.

gênero para se dedicar à filosofia política é improcedente porque esse movimento classifica as questões de gênero como uma temática de cunho menor e as condiciona exclusivamente às práticas feministas, posicionamento contrário às reflexões de Butler. Para Rodrigues, se a filosofia nasceu do espanto e da ruptura, acontecimentos como guerras e atentados também reorganizam os processos epistemológicos, e Butler “(...) não ficou indiferente à guerra dos Estados Unidos contra o Iraque e o Afeganistão, tampouco poderia ter ignorado as consequências das ações violentas do governo” (RODRIGUES, 2021, p. 34). Este outro olhar que Butler oferece às ciências e à filosofia políticas, sobre as formas de representação em fotografias de corpos que podem ser descartados, pode ser frutífero aos estudos da comunicação ao estabelecer diálogos interdisciplinares possíveis para o engrandecimento do campo enquanto proposta teórico-metodológica. Além disso, reconhece-se que, se há representações de vidas que são consideradas precárias, é porque há marcadores que estabelecem o sentido de precariedade dessas vidas e que foram elaborados enquanto dispositivos de poder.

Como recorte para o artigo, foram selecionados dois temas pertinentes que podem ser aproveitados nas investigações em comunicação: o enquadramento das vidas precárias e as relações de luto. Butler (2019) considerou que as manifestações de luto, mesmo sendo ações políticas, podem permanecer restritas a determinados grupos, e que algumas vidas são consideradas precárias por serem desprovidas de representação política, mesmo quando promovem a resistência no espaço público. Além disso, segundo Butler (2015), as representações fotográficas de sujeitos e grupo em condições de vulnerabilidade e de dor se articulam em movimentos que estabelecem hierarquias e fazem com que essas representações visuais do sofrimento se tornem condições clichês de violência e estereótipo (HALL, 2016) pelos enquadramentos utilizados.

A escolha desses temas acontece porque ambos se complementam e alicerçam relações de poder nos processos midiáticos. As considerações de Butler não se aproximam das reflexões consagradas sobre enquadramento dentro do campo da comunicação (TUCHMAN, 1999; PORTO, 2004), em especial do jornalismo, e por isso a ideia de enquadramento proposta por Butler pode ser mais um caminho para o desenvolvimento e a oxigenação de outros percursos teórico-metodológicos para o campo da comunicação.

Enquadramento, vida precária e luto

Quando Judith Butler reflete sobre a importância do luto enquanto demonstração de ação política, ela apresenta que a ausência do trabalho do luto quebra a condição de comunidade relacional, uma ideia de “nós”, uma vez que a morte é inerente a qualquer existência humana. O luto até pode ser uma demonstração de afeto privado e, nesse sentido, despolitizante, entretanto, segundo Butler (2019, p. 43), “(...) o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética (...) é a servidão na qual nossas relações com os outros nos mantêm (...)”.

Romper com a possibilidade de realização de luto, para a autora, é estilhaçar os laços que constituem sujeitos enquanto sociedade. Por essa observação, as imagens de sofrimento e dor promovidas pela mídia, quando não articuladas enquanto senso político, ferem a condição humana do exercício do luto. Mesmo reconhecendo a importância do luto no espaço público, Butler aponta que nem todas as vidas são dignas de luto e também pontua que algumas existências podem nem sequer ser consideradas vidas devido à precariedade e à invisibilidade a que são submetidas.

A estratificação de elencar quais vidas podem exercer o luto transparece a violência, a vulnerabilidade e a suscetibilidade, em que algumas existências são refreadas constantemente de forma normalizada. As vidas desprovidas de visibilidade política e suscetíveis à violência são consideradas, pela autora, vidas precárias, a despeito da resistência, e o luto por elas é quase sempre ausente.

Dentro do movimento das vidas precárias, a violência promovida contra elas, para Butler, é irreal no sentido de não ter importância pública, não ser relevante, e o luto é despercebido porque a sua existência é considerada demonstração de irrealidade; ou seja, são vidas invisíveis:

Se a violência é cometida contra aqueles que são irrealis, então, da perspectiva da violência, não há violação ou negação dessas vidas, uma vez que elas já foram negadas. Mas, elas têm uma maneira estranha de permanecer animadas e assim devem ser negadas novamente (e novamente). Elas não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas ou, melhor, nunca “foram”, e elas devem ser assassinadas, já que aparentemente continuam a viver, teimosamente, nesse estado de morte. A violência renova-se em face da aparente inescotabilidade do seu objeto. A desrealização do “Outro” significa que ele não está nem vivo nem morto, mas interminavelmente espectral. (...) se uma vida não é digna de luto, ela não é bem uma vida; ela não se qualifica como uma vida e não é digna de nota. A vida já está desenterrada, se é que pode vir a ser desenterrada (BUTLER, 2019, p. 54-55).

Butler menciona que qualquer vida pode ser eliminada e considerada precária, uma vez que viver, segundo a autora, é uma condição de exposição permanente do corpo à morte. Para fazer suas considerações, ela refletiu sobre os registros fotográficos que estampavam civis e militares muçulmanos mortos e humilhados em Abu Graib, no Iraque, onde os Estados Unidos mantinham uma base militar, e também sobre os discursos e fotografias de 11 de setembro de 2001, quando as torres do World Trade Center vieram abaixo e, a despeito de haver mais de três mil mortos e feridos, foram praticamente inexistentes os registros imagéticos de corpos despedaçados ou ensanguentados de cidadãos americanos. Assim, Butler (2019, p. 52) percebeu que “certas vidas serão altamente protegidas, e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar as forças de guerra. Outras vidas não encontrarão suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificarão como “passíveis de serem enlutadas”.

A contribuição de Butler aos estudos de comunicação perpassa a arquitetura de quais vidas podem ser concebidas pela dignidade e quais seriam consideradas precárias de acordo com os enquadramentos elaborados. E, mesmo que qualquer vida seja passível de ser considerada precária, há existências que apresentam maior vulnerabilidade que outras. De acordo com Butler (2019), o sentido para estabelecer quais vidas podem permanecer vivas e quais são destinadas à morte é constituído por traços de biopolítica. Ela recorre a Michel Foucault para compreender que há dispositivos tecnológicos que criam discursos e práticas que controlam corpos e subjetividades e que também hierarquizam, julgam e classificam sujeitos e grupos.

Ao contrário das práticas de disciplinas que prevaleceram com mais intensidade até meados do século XVII e mantinham estratégias de punição aos infratores do poder, devido ao avanço do liberalismo enquanto um modo de produção econômico e de subjetividades, a disciplina perde parte do espaço de atuação para as técnicas de controle que são articuladas de modo a manter o poder e a vigília de forma sistematizada e normatizada. Assim, entra em cena o controle não apenas exercido pelo Estado, mas também por práticas e discursos que promovem a atenção e o acompanhamento dos corpos. As estratégias que exercem essa função são denominadas biopolítica e biopoder. Para Revel (2005, p. 27), o binômio é compreendido como dispositivos tecnológicos e discursos que atuam em “(...) um conjunto de seres vivos e coexistentes que apresentam traços biológicos e patológicos particulares e cuja própria vida é suscetível de ser controlada a fim de assegurar uma melhor gestão da força de trabalho”. Destarte, as ações de biopoder e biopolítica não apenas estiveram atreladas às questões econômicas, mas também

desenvolveram critérios para condicionar, enquanto juízo moral, quais sujeitos e grupos seriam supostamente saudáveis e aceitos socialmente. A intenção de arquitetar hierarquias, até mesmo nas práticas comunicacionais midiáticas, fomenta violências simbólicas para classificar e justificar a ocorrência da segregação social.

Para além dos referenciais da biopolítica, Butler também acredita que há outras variantes que potencializam a violência, a morte e a ausência de luto. Quando ela traz outras referências para analisar quais vidas são passíveis de execução, a autora

Passa a articular o problema dos marcadores interseccionais que pesam sobre os corpos com o da racionalidade neoliberal que induz a precariedade sobre certas formas de vidas. Racismo, misoginia, homofobia, transfobia, preconceito religioso são algumas formas de indução de precariedade que pesam mais sobre certos corpos do que sobre outros (RODRIGUES, 2021, p. 85-86).

Ao trazer à tona a triangulação da violência e do luto por outros marcadores, Butler expande a reflexão para compreender a diversidade de realidades, a pluralidade de representações e as particularidades de cada vivência não apenas de mulheres, mas também de outros grupos cujas vidas podem ser descartáveis. A uniformização das vivências e subjetividades, algo presente nas práticas da indústria cultural como forma de perpetuação de poder, cega as especificidades de cada vida e estrutura os sentidos estereotipados de representação:

Até que ponto os povos árabes, predominantemente praticantes do islamismo, foram excluídos do “humano”, tal como foi naturalizado nos modelos “ocidentais” contemporâneos do humanismo (...) os estudos gays, lésbicos e bissexuais têm levantado em relação à violência contra as minorias sexuais, que pessoas trans têm perguntado quando são vítimas de assédio e às vezes de assassinato; que pessoas intersexuadas – cujos anos de formação são muitas vezes marcados por uma violência indesejada contra seus corpos em nome de uma normativa do humano, uma noção normativa do que deve ser um corpo humano (BUTLER, 2019, p. 53).

Butler não foi a primeira pesquisadora a realizar estudos interseccionais ao considerar outras variantes de análise para perceber conjecturas da violência. Crenshaw (2002), Collins e Bilge (2021) e Saffioti (2001) também desenvolveram posicionamentos sobre a importância da interseccionalidade para os estudos de gênero. O mérito de Butler é trazer as reflexões sobre o luto e a precariedade da vida à luz e reconhecer que determinadas vidas são desprovidas de movimentos de empatia e visibilidade pública e política.

Analisar as intersecções para reconhecer os movimentos de violência e de ausência de luto torna-se procedimento metodológico próspero dentro do campo da comunicação ao perceber os modos de

representação de grupos e sujeitos nas práticas midiáticas em discursos e imagens. Viabilizar a interseccionalidade não refrata as representações de discursos cristalizados sobre grupos e sujeitos, além de oferecer perspectivas mais ricas e densas sobre os objetos analisados. É importante não perder do horizonte que os discursos, como apresenta Foucault (2014), são dispositivos de poder e, assim, promovem sentidos muitas vezes associados aos signos de poder e conhecimento. E, dentro do campo jornalístico, o discurso, bem como as rotinas produtivas (TUCHMAN, 1999), também é estruturado enquanto demonstração de poder e hierarquias que pode perpetuar estereótipos e conceitos pré-estabelecidos, além de ser uma demonstração da força de biopoder.

Conforme apresenta Hall (2016), condicionar as representações a códigos marmorizados é um movimento de violência porque não oferece outras possibilidades de sentidos e significados. De acordo com Hall, com auxílio da psicanálise e da antropologia, a estereotipagem reduz sujeitos a significados simples e a características essenciais que são, muitas vezes, intransponíveis; desse modo, o “outro”, quando diferente do “eu”, pode ser considerado uma ameaça ao gozo e ao poder e, por isso, passível de ser eliminado. Assim, para o autor, a formação de estereótipos facilita a alteridade entre aqueles que gozam de poder para o exercício de exclusão e aqueles que são diferentes, além do desenvolvimento de fantasias para o fomento de preconceitos e de fetichismo:

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsiders*), entre nós e eles. (...) *a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder.* (...) Em suma, a estereotipagem é aquilo que Foucault chamou de uma espécie de “poder/conhecimento” do jogo. Por meio dela, classificamos as pessoas segundo uma norma e definimos os excluídos como o “Outro” (HALL, 2016, p. 192-193, grifos do autor).

A ideia de Hall vai ao encontro do posicionamento de Butler sobre a violência e a permanência dos estereótipos de grupos que se encontram em estado de vulnerabilidade. Susan Sontag (2003), uma das referências consultadas por Butler ao explicar a existência de vidas precárias, acredita que a exposição imagética da vulnerabilidade e de corpos esquartejados em cenas de guerra pela mídia nem sempre apresenta eficácia como possibilidade de denúncia ou mobilização. Para Sontag, as imagens de corpos dilacerados tornam-se uma das práticas da rotina produtiva de tal forma que não suscitam reflexão ou movimento para além do impacto momentâneo que provocam:

Recrutadas como parte do jornalismo, contava-se com as imagens para atrair a atenção, o espanto, a surpresa (...) A caçada de imagens mais dramáticas (como, muitas vezes, são definidas) orienta o trabalho fotográfico e constitui uma parte da normalidade de uma cultura em que o choque se tornou um estímulo primordial de consumo e uma fonte de valor. (...) A imagem ultrafamiliar, ultracelebrada — de agonia, de ruína — constitui um elemento inevitável do nosso conhecimento da guerra mediado pela câmera (SONTAG, 2003, p. 18-19).

Mesmo Butler (2019) reconhecendo a possibilidade de usufruto das imagens de guerra e de dor enquanto propostas sensacionalistas e espetacularizadas como aponta Sontag, para Butler, há a alternativa de apresentar essas cenas em enquadramentos transitórios, ou seja, a fotografia pode ser realizada por outro arranjo ético em que a condição do outro não seja limitada ao usufruto alheio.

Todavia, a ideia de corpos aos pedaços e ensanguentados concretiza a proposta de Butler de vidas precárias e ausência de luto porque fundamenta e hierarquiza quais vidas podem ser executadas e quais podem ter a dignidade extirpada. As imagens renitentes da dor e do sofrimento de grupos em estado de vulnerabilidade, para Butler, são produzidas segundo

(...) normas, explícitas ou tácitas, que determinam quais vidas humanas contam como humanas e como vidas, e quais não contam. Essas normas são determinadas, até certo ponto, pela questão de quando e onde a perda de uma vida é passível de luto e, correlativamente, quando e onde a perda de uma vida não é passível de luto nem representável (BUTLER, 2015, p. 114).

Pela consideração de Sontag (2003, p. 68) de que a fotografia “é sempre a imagem que alguém escolheu; fotografar é enquadrar, e enquadrar é excluir”, Butler (2015) desenvolve a ideia de enquadramento. A observação da autora considera que o enquadramento se retém em analisar quais são os recortes realizados para reconhecer quais vidas são consideradas precárias a partir de fotografias que são produzidas. Para isso, existem normas que oferecem sentidos às imagens:

Essas normas sociais e políticas operam de muitas formas, uma das quais envolve enquadramentos que controlam o perceptível, que exercem uma função delimitadora, colocando uma imagem em foco, com a condição de que uma porção do campo visual seja excluída. A imagem representada expressa assim sua admissibilidade no domínio da representabilidade, o que ao mesmo tempo expressa a função delimitadora do enquadramento, mesmo quando, ou precisamente porque não o representa. Em outras palavras, a imagem, que supostamente deveria entregar a realidade, na verdade, esconde a percepção (BUTLER, 2015, p. 115).

Por essa consideração, a autora traz à tona traços da biopolítica foucaultiana ao apresentar que determinadas representações, mesmo que ausentes na imagem, são frutos de forças de poder que reforçam quais vidas podem ser enaltecidas e quais podem ser degradadas. Destarte, o importante não seriam apenas quais representações poderiam ser inclusas ou rechaçadas dentro do processo de

enquadramento, mas o que oscila entre os dois pontos e quais são os rastros que são deixados para que haja essa classificação no próprio enquadramento, levando em considerações algumas relações de produção:

(...) o enquadramento atua para estabelecer uma relação entre o fotógrafo, a câmera e a cena. As fotos descrevem ou representam uma cena, a imagem visual preservada dentro do enquadramento fotográfico. O enquadramento, porém, pertence também a uma câmera que está situada espacialmente no campo de visão e que, portanto, não aparece dentro da imagem, embora funcione como condição tecnológica da imagem, e é indicado indiretamente pela câmera. Embora esteja fora do enquadramento, a câmera está claramente “na” cena, como seu exterior constitutivo. Quando fotografar esses atos de tortura se torna um tema de debate público, a cena da fotografia é ampliada. A cena passa a ser não apenas a localização espacial e o cenário social da própria prisão, mas a esfera social na qual a fotografia é mostrada, vista, censurada, publicada, discutida e debatida como um todo (BUTLER, 2015, p. 122).

A fotografia, de acordo com a autora, se torna um discurso enunciado e, na mesma medida, um sintoma de valores sociais que estão em circulação e são elencados em processos de silenciamento ou contemplação. Dentro do processo de elaboração do enquadramento, Butler também leva em consideração a figura do fotógrafo. Mesmo pontuando que pode haver regozijo e gozo por parte dos fotógrafos na produção de fotografias que estampam a dor em cenas de guerra e vulnerabilidade, a autora avança para além das questões psicológicas e acredita que o posicionamento dos fotógrafos é compreendido como normatizado dentro da moral da guerra e as

(...) relações moralmente significativas com a violência e a condição de violável (...) como as normas da guerra operam nesses acontecimentos e mesmo como os indivíduos são absorvidos por essas normas e, por sua vez, as absorvem (...) A relação entre fotógrafo e o fotografado acontece por intermédio do enquadramento. O enquadramento permite, orchestra e medeia essa relação” (BUTLER, 2015, p. 125).

O enquadramento não é apenas um corte realizado no tempo e no espaço, mas também carrega indícios culturais que prezam pela hierarquização e pela manutenção das relações de poderes existentes enquanto práticas éticas e morais. Por esse motivo, Butler considera que a fotografia não é apenas um retrato, mas um acontecimento que se desdobra. Para além de servir como registro histórico ou testemunho da realidade, a fotografia

(...) não apenas retrata, como também constrói e amplia o acontecimento – pode-se dizer que a fotografia reitera e dá continuidade ao acontecimento – então, estritamente falando, ela não é posterior ao acontecimento, mas sim se torna crucial para a sua produção, sua legibilidade, sua ilegibilidade e seu próprio estatuto de realidade. Como ação, tirar uma fotografia não é sempre anterior ao acontecimento nem sempre posterior a ele. A fotografia é uma espécie de promessa de que o acontecimento vai continuar; na verdade, ela é exatamente essa continuação, que produz um equívoco no nível da temporalidade do acontecimento (BUTLER, 2015, p. 126-127).

O enquadramento tende a realizar a cristalização dos sentidos das fotografias e imagens de corpos sem rostos e identidades. Para Butler, amparada em Emmanuel Lévinas, o rosto não se presta ao conhecimento, mas é por ele que é possível o desenvolvimento de alteridade, experiência e ensinamento em movimentos que desenvolvem a ética. Segundo Lévinas, o rosto é sempre algo a ser decifrado cujo sentido não se encontra pronto e permanente, assim, nas fotografias que retratam sujeitos desprovidos de rosto, os vestígios da existência desse sujeito são apagados e há a dificuldade de articular movimentos de alteridade, uma vez que aquelas vidas são desprovidas da própria condição de serem vidas humanas. E, pela visão de Butler, não evidenciar os rostos pode ser um caminho de resguardar a humanidade que escapou ao controle visual da imagem, como um valor ético associado à produção da imagem:

Expor ainda mais a vítima seria reiterar o crime, razão pela qual a tarefa seria uma documentação completa dos atos do torturador, assim como uma documentação completa daqueles que expuseram, disseminaram e publicaram o escândalo (...) a exposição das fotografias com legendas e comentários sobre a história de sua publicação e recepção converte-se numa maneira de expor e combater o circuito fechado da troca triunfalista e sádica que configurou a cena original da fotografia em si (BUTLER, 2015, p. 143-144).

Se, por um lado, os rostos estão desfigurados, por outro, a intenção de expô-los fomenta com mais intensidade a precariedade da vida. A fotografia deixa de estar pareada à ideia de precariedade da vida quando, de acordo com Butler, “ela nos persegue”. A intenção da autora de apresentar essa reflexão se articula no sentido de que a fotografia nos acompanha por aquilo que “foi” retratado, e não apenas aquilo que não “mais o é”; ou seja, ao observamos uma fotografia, reconhecemos que houve vida naquele acontecimento e que a vida perdida naquela imagem fazia sentido:

Se não somos perseguidos, é porque não houve perda, não houve vida perdida. Mas se ficamos abalados ou somos “perseguidos” por uma fotografia, é porque ela atua sobre nós em parte sobrevivendo à vida que documenta; estabelece antecipadamente o tempo no qual essa perda será reconhecida como perda. (...) Esse é um momento inicial do conhecimento, uma apreensão, mas também um julgamento em potencial que exige que concebamos a condição de ser passível de luto a precondição da vida, que é descoberta retrospectivamente mediante atemporalidade instituída pela fotografia (BUTLER, 2015, p. 145-146).

O movimento de conhecimento apresentado pela autora dialoga com o posicionamento de Lévinas ao acreditar na possibilidade de empatia entre o sujeito e a imagem. Ou seja, a imagem é um recorte sobre uma vida cuja existência não se limita apenas à condição metabólica, mas, enquanto uma vida pública, a fotografia evidencia os traços da sua existência como uma experiência de existir no espaço público. Ao fim e ao cabo, Butler chama a atenção para reconhecer que os enquadramentos instalam modos de percepção da realidade e de produção de sentido. Por outro lado, ela também alerta sobre a necessidade e a

importância de enxergar para além daquilo que foi denominado por ela como enquadramento coercitivo – isto é, os modos de produção de enquadramentos que guiam a norma desumanizadora da vida e restritiva de sentidos – e acompanhar quais imagens prezam e zelam pela vida e pelo luto.

Considerações finais

Trazer as considerações de Judith Butler para os estudos da comunicação pode tornar os caminhos epistemológicos mais ricos pela criação de outros pontos de vista. E as contribuições de Butler não se restringem apenas às temáticas sobre gênero, muito embora não as abandone, mas ela promove discussões que podem ser apropriadas pelo campo da comunicação em novas perspectivas de enquadramentos e reflexões sobre a produção de imagens e fotografias de guerra. Quando a autora observa a existência de vidas precárias que provocam a anulação de luto pelos enquadramentos imagéticos realizados em fotografias, Butler desenha uma realidade que estabelece quais vidas são dotadas de merecimento e visibilidade públicos. Para além disso, a autora consegue elucidar sobre as manifestações de violência enquanto um processo mais complexo em que são levadas em consideração as relações culturais para a estratificação das vidas, e as fotografias passam a ser testemunhos dessas articulações.

Para Butler, as fotografias das vidas precárias não são apenas recortes realizados a partir de um acontecimento, mas resultados de enquadramentos que se articulam para a promoção deliberada da anulação e da existência do outro. Por isso, olhar uma foto, para Butler, é reconhecer que aquilo que não está retratado na imagem também faz parte na composição dos sentidos daquelas vidas e, além disso, perceber que há normas que são institucionalizadas e estabelecem identidade visual, corporal e aqueles que são reconhecíveis publicamente.

Assim, as contribuições elaboradas pela autora podem ser adotadas para justificar a ocorrência de violência nos meios de comunicação enquanto formas de representação que estruturam hierarquias e condicionam quais vidas e representações são dotadas de visibilidade. Além disso, mais do que analisar os enquadramentos, Butler também sugere a necessidade de reconhecê-los enquanto formas de sociabilidade e comunicação de forma normatizada e a emergência de reconhecer enquadramentos que possam libertar os sentidos para além dos recortes previamente estruturados

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3069-6697>

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Jornalismo, Ponta Grossa (PR), Brasil

Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Bauru).

E-mail: murielamaral@yahoo.com.br

Recebido em: 17 de janeiro de 2022.

Aprovado em: 1 de fevereiro de 2022.

Referências:

BARKER, C; JANE, E. A. **Cultural studies**: theory and practice. London: Sage, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGES, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da criminalização racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 1, p. 171-188, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Paz & Terra: Rio de Janeiro, 2014.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004, p. 73-104.

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v24.ed53.2024.268>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 24, Nº 53, p.105-118, maio/ago. 2024

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, C. **O luto entre clínica e política**: Judith Butler para além do gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 115-136, 2001.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TUCHMAN, G. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999, p. 258-262

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.